

**X Encontro de Pós-graduação  
em História Econômica**

**Virtual**

**8ª Conferência Internacional  
de História Econômica**

**9, 10, 11 e 12 de novembro**

**2020**

## **Celso Furtado e a Crítica à Metodologia da Economia**

**Gabriel do Carmo Lacerda**

## X Encontro de Pós-Graduação em História Econômica & 8ª Conferência Internacional de História Econômica

### Celso Furtado e a Crítica à Metodologia da Economia

Gabriel do Carmo Lacerda<sup>1</sup>

**Resumo:** O presente texto enseja apresentar a evolução das críticas de Celso Furtado ao método utilizado nas Ciências Econômicas nas mais variadas vertentes, mais detidamente, durante o período entre 1961 e 1976. Nesse sentido, o enfoque deste texto não recai tanto sobre as raízes e o desenvolvimento do método “histórico-estrutural” furtadiano, mas sobre a relação e crítica de Furtado com a capacidade *científica* advinda das diferentes metodologias empregadas nas Ciências Econômicas em compreender os problemas e especificidades das formações econômicas *subdesenvolvidas*. Para tanto, se faz necessário apresentar a compreensão do peso e do que é o *saber científico* para Furtado. Assim como, a relação disto com o porquê de o autor chegar aos estudos de economia – e da importância conferida aos conceitos e teorias econômicas – como meio para auxiliá-lo no objetivo de atuar, primordialmente, sobre a realidade brasileira e latino-americana. Posteriormente, analisar-se-á as críticas de Furtado ao método utilizado na economia. Por fim, discutir-se-á o esforço – através de um deliberado esboço – da reconstrução da disciplina, do seu quadro teórico, conceitual e metodológico, desvelando, assim, os dois níveis, aparentemente inconciliáveis, da compreensão acerca do que seria a ciência e o saber científico para o autor. Um primeiro de influência *popperiana*, ou seja, *falsificacionista* e outro refletindo a especificidade das Ciências Sociais, a partir de uma influência manheimiana e sua Sociologia do Conhecimento.

**Palavras-chave:** metodologia da economia; metodologia científica; Celso Furtado; epistemologia; subdesenvolvimento.

**Abstract:** This text aims to present the evolution of Celso Furtado's criticisms of the method used in Economic Sciences in the most varied aspects. More closely, during the period between 1961 and 1976. In this sense, the focus of this text is not so much on the roots and development of Furtado's “historical-structural” method, but on the relationship and criticism of Furtado with the scientific capacity arising from the different methodologies used in Economic Sciences to understand the problems and specificities, primarily, of underdeveloped economic formations. Therefore, it is necessary to present the understanding of weight and what scientific knowledge is for Furtado. As well as, the relationship between this and why the author comes to economics studies - and the importance given to economic concepts and theories - as a means to assist him in the objective of acting, primarily, on the Brazilian and Latin American reality. Subsequently, Furtado's criticisms of the method used in the economy will be analyzed. Finally, the effort will be discussed - through a deliberate outline - reconstruction of the discipline of its theoretical, conceptual and methodological framework, thus unveiling the two levels of understanding about what science is and scientific knowledge for the author. A first one with Popperian influence, that is, falsificationist and another of the specificity of Social Sciences, from a Mannheimian influence and its Sociology of Knowledge.

**Keywords:** economics methodology; scientific methodology; Celso Furtado; epistemology; underdevelopment.

---

<sup>1</sup> Doutorando em Ciências Econômicas no CEDEPLAR (UFMG). Mestre em Planejamento Urbano e Regional pelo IPPUR (UFRJ) e graduado em Relações Econômicas Internacionais (FACE/UFMG).

## X Encontro de Pós-Graduação em História Econômica & 8ª Conferência Internacional de História Econômica

### 1 Introdução

O presente texto apresenta a evolução das críticas de Celso Furtado ao método utilizado nas Ciências Econômicas, mais detidamente, durante o período entre 1961 e 1976, ou seja, da publicação de *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento (1961)* e do *Prefácio a Nova Economia Política (1976)*. Sendo neste onde Furtado pretende reconstruir o arcabouço teórico-conceitual dos economistas e, mais do que isso, das Ciências Sociais como um todo, buscando construir uma teoria social global e historicamente identificada. Nesse sentido, o enfoque deste texto não recai tanto sobre o desenvolvimento do método “histórico-estrutural” furtadiano<sup>2</sup>, mas sobre a relação – e crítica – de Furtado com a capacidade *científica* advinda das diferentes metodologias empregadas nas Ciências Econômicas em compreender os problemas e especificidades, primeiramente, das formações econômicas *subdesenvolvidas* e – posteriormente compreendidas como – *dependentes*, logo, de todo sistema social global.

Para tanto, inicialmente se faz necessário apresentar a compreensão do peso e do que é o *saber científico* para Furtado. Assim como, a relação disto com o porquê de o autor chegar aos estudos de economia – e da importância conferida aos conceitos e teorias econômicas – como meio para auxiliá-lo no objetivo de atuar, primordialmente, sobre a realidade brasileira e latino-americana. Posteriormente, analisar-se-á as críticas de Furtado a método utilizado na economia. Por fim, discutir-se-á o esforço – através de um deliberado esboço – de reconstrução da disciplina, do seu quadro teórico, conceitual e metodológico, desvelando, assim, os dois níveis, *aparentemente inconciliáveis*, da compreensão acerca do que é ciências e o saber científico para o autor. Um primeiro, mais abstrato, de influência *popperiana*, ou seja, *falsificacionista*; e um segundo que destaca as especificidades das Ciências Sociais, a partir de uma influência mannheimiana e sua Sociologia do Conhecimento.

### 2 Celso Furtado e a aproximação à Ciência Econômica

Furtado (2013b [1973], p. 20) revelou, em texto sobre sua trajetória, as suas três primeiras influências intelectuais: 1) a positivista; 2) Marx, como subproduto do seu interesse pela história; e 3) a sociologia norte-americana, particularmente a teoria antropológica da cultura. A partir da primeira, que rapidamente perdeu peso, ficaria a importância da “primazia da razão, a ideia de que todo conhecimento em sua forma superior se apresenta

---

<sup>2</sup> Foi analisada por diversos autores e pontos de vista, por exemplo, por: Bresser-Pereira (2001), Bielschowsky (2009 [1989]), Veiga (2013) e Boianovsky (2015) e Fonseca (2009).

## X Encontro de Pós-Graduação em História Econômica & 8ª Conferência Internacional de História Econômica

como *conhecimento científico*, a ligação entre conhecimento e progresso” (2013b [1973], p. 20; destaque do autor).

Furtado prossegue (ibidem, p. 21-22) destacando o entrelaçamento e expansão de influências durante sua formação universitária no Rio de Janeiro, especialmente com Karl Mannheim e sua Sociologia do Conhecimento<sup>3</sup>, além da sociologia alemã com Max Weber, Ferdinand Tönnies, Hans Freyer, Georg Simmel. Com o primeiro, ele percebeu uma forma de conectar a atividade intelectual do homem à história e, a partir deste desejo de vinculação, cresceu o interesse de Furtado pelas Ciências Sociais. Sendo que “já não se tratava de *ler* livros de ciências sociais, e sim de buscar neles meios de atuar” (ibidem, p. 21, destaque do autor). Não obstante, ponderava uma “permanência” de sua raiz positivistas, isto é, “segundo a qual grande parte do que concerne ao comportamento dos homens, individual e socialmente, pode ser *objeto* do conhecimento científico não distinto do que temos do mundo exterior ao homem” (ibidem, p. 21, destaque do autor). Finaliza afirmando que para ele “a ruptura epistemológica entre conhecimento científico e conhecimento ideológico sempre pareceu clara” (ibidem, p. 21).

O desejo de buscar instrumentos para ação fizeram com que ele se afaste, no terceiro ano universitário, do direito para a administração. Dentro desta, lhe interessava, particularmente, os problemas de organização, especialmente a vertente da literatura norte-americana. A partir destes estudos, Furtado se aproximou da problemática do planejamento, sobretudo por um ângulo estritamente operacional. Novamente se destaca a importância de Mannheim, pois Furtado passou a compreender o planejamento como uma “*técnica social* (...) a qual permitia elevar o nível de racionalidade das decisões que comandam complexos processos sociais, evitando-se que surjam processos cumulativos e não reversíveis em direções indesejáveis” (2013b [1973], destaque do autor). Conclui que o substantivo dessa perspectiva seria exatamente a “ideia de que o homem *pode* atuar racionalmente sobre a história” (ibidem, p. 21, destaque do autor).

Assim, a chegada aos estudos de economia deriva de duas fontes distintas. A primeira veio dos estudos de organização e de planejamento – e toda sua relação com literatura norte-americana e a sociologia alemã. Já a segunda, foi do contato de Furtado com as pesquisas históricas de Henri Pirenne, Werner Sombart, Henri Sée e Antônio Sergio. Estes trabalhos revelaram “a importância dos estudos de economia para melhor compreender a

---

<sup>3</sup> Em especial *Ideologia e Utopia: introdução à sociologia do conhecimento*, com primeira edição em 1929.

## X Encontro de Pós-Graduação em História Econômica & 8ª Conferência Internacional de História Econômica

história” (ibidem, p. 22). Os enfoques da história e da organização levaram Furtado à “uma visão global, a macroeconômica” (ibidem, p. 22). Por fim, afirma:

quando comecei a estudar economia de modo sistemático, aos 26 anos, minha visão do mundo, no fundamental, estava definida. Dessa forma, a economia não chegaria a ser para mim mais que um instrumental, que me permitia, com maior eficácia, *tratar* problemas que me vinham da observação histórica ou da vida dos homens em sociedade. Pouca influência teve na conformação do meu espírito. Nunca pude compreender a existência de um problema *estritamente econômico* (Furtado, 2013b [1973], p. 22, destaque do autor).

Em síntese, por um lado, fica evidente a centralidade do *saber científico* para Furtado, sobretudo entendido como a capacidade de ação em uma realidade social *específica*, quanto a importância deste saber estar embebido na história. Por outro lado, o início dos seus estudos de economia responde aos anseios de dotá-lo de um instrumental voltado para auxiliá-lo na preocupação com as questões de organização, planejamento e história. Em outras palavras, era a Ciência Econômica – e seu arcabouço científico – que detinha capacidade de aprofundar a capacidade de compreensão e intervenção nas problemáticas que intrigavam Furtado, isto é, as questões do planejamento e da história.

Os estudos aprofundados em Ciência Econômica por Furtado se iniciariam quando ingressou no doutorado em economia na Sorbonne, em Paris, em 1946. Primeiramente, ele se debruçou sobre os clássicos – sobretudo a versão ricardiana – posteriormente, estudou o Marx “econômico”, embora, conforme apontado, já conhecesse e se apropriara da teoria da história marxista (Furtado, 2013b [1973], p. 22-23). Somente depois, e num grau de menor aprofundamento, Furtado se voltou aos estudos da teoria neoclássica, particularmente de Cassel, Wicksell e Marshall (Coutinho, 2007, p. 413). Já as leituras acerca de Keynes estavam tingidas pelo viés de interpretação da Hansen, sobretudo das suas visões estagnacionistas e pelo do modelo de crescimento de Harrod (ibidem, p. 413). O filtro de absorção dos elementos teóricos relevantes em todas essas leituras passava pela preocupação central de Furtado em pensar e atuar no sentido do *desenvolvimento econômico*.

Nesse sentido, o principal elemento assimilado dos clássicos (incluindo Marx) foi a questão do excedente (Coutinho, 2007, p. 412). Mais detidamente de Marx (reforçado pelas leituras de Schumpeter): a centralidade do progresso técnico; “a compreensão que toda decisão econômica envolve o exercício de poder” (Furtado, 2013b [1973], p. 23); e a tendência dos capitalistas a “compulsivamente acumular capital” (ibidem, p. 23). Assim, logo se afastou do “mito do estado estacionário, implícito nos esquemas clássicos e neoclássicos” (ibidem, p. 23). A partir de Keynes: o reconhecimento do Estado – e suas ramificações – como um dos centros de decisão mais importantes do sistema de poder

## **X Encontro de Pós-Graduação em História Econômica & 8ª Conferência Internacional de História Econômica**

político e econômico, conseqüentemente, dos novos horizontes ao processo de mudanças social a partir deste ator (Furtado, 2013b [1973], p. 23). Por fim, alguns conceitos e “instrumentos da economia neoclássica” (ibidem, p. 24) pois “não existiam outros para substituí-los” (ibidem, p. 24).

Em 1961, em *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*, a questão das contribuições aparecia ligeiramente diferente do que ele expõe em suas memórias. Primeiramente, eram divididas em três correntes, sendo que a contribuição de cada uma para “o advento de um começo de pensamento econômico autônomo e criador no mundo subdesenvolvido” (Furtado, 2009 [1961], p. 18, destaque nosso) era:

o marxismo fomentou a atitude crítica e inconformista, a economia clássica serviu para impor a disciplina metodológica, sem a qual descamba para o dogmatismo, e a eclosão keynesiana favoreceu melhor compreensão do papel do Estado no plano econômico, abrindo novas perspectivas ao processo de reforma social (Furtado, 2009 [1961], p. 18-19).

Convém sublinhar que Furtado apresenta como clássica “a teoria dos preços, corpo central da ciência econômica [que] fora estruturada no marco da concepção do equilíbrio geral” (ibidem, p. 17). Critica como a mesma excluía “toda atitude mental voltada para os problemas da dinâmica social” (ibidem, p. 17) e como ela estava envolvida na “atmosfera rarefeita das altas abstrações” (ibidem, p. 17). Ademais, faltava-lhe elos de mediação, pois suas análises desciam daquelas “diretamente para a geografia econômica e para a descrição das instituições” (ibidem, p. 17). Finalmente, aponta como “qualquer insistência em diferenças estruturais abria suspeita de insuficiente assimilação do método científico em economia” (ibidem, p. 17).

Pelo lado keynesiano, Furtado destaca a expansão das perspectivas econômicas a partir da análise macroeconômica e como isso rompeu “a espessa camada de preconceitos que se fora acumulando à sombra de um rigor metodológico cada vez mais estéril” (ibidem, p. 18) praticado pelos clássicos. Não obstante, pondera como os agregados da análise macroeconômica ocultavam sugestivos problemas que existiam nos países subdesenvolvidos (Furtado, 2009 [1961], p. 18).

Por fim, Furtado discute como a “doutrina marxista (...) descobria a urdidura de irracionalidades subjacentes à realidade social contemporânea e impulsionava a capacidade criadora do homem para a reconstrução social” (ibidem, p. 18) daí fomentando uma atitude crítica, embora a mesma devido aos seus “postulados filosóficos, aceitos como dogmas, emprestavam um caráter teleológico à análise econômica” (ibidem, p. 18), portanto “dificultava o desenvolvimento livre do trabalho científico em economia” (ibidem, p. 18).

## **X Encontro de Pós-Graduação em História Econômica & 8ª Conferência Internacional de História Econômica**

A partir destes elementos, clarificam-se como, em 1961, para Furtado: 1) a ideia de que o método científico *rigoroso* nas ciências econômicas estava, de certo modo, ancorado naqueles procedimentos que a aproximavam das ciências naturais, particularmente, a generalização/abstração e a tradução estritamente matematizada para expressar os seus problemas; 2) A persistência neste modo de compreender a economia, embora importante para “evitar o dogmatismo”, obstaculizava o avanço da construção de uma teoria específica acerca da realidade do subdesenvolvimento, exatamente pelo seu anistoricismo, por essa razão havia a necessidade da história, da crítica e da liberdade de pensamento que desvelassem as estruturas específicas do subdesenvolvimento e o alargamento da compreensão teórica. Mais do que isso, destacava as especificidades metodológicas e a função das Ciências Sociais para consecução deste objetivo.

O foco na elaboração da segunda temática é ressaltado por Coutinho (2007, p. 414), quando afirma que Furtado percebera que os sistemas de pensamento econômico teriam falhado na tarefa primordial da explicação econômica, isto é, “a devida conciliação entre formulações abstratas e a realidade histórica a que elas se aplicam.” Mais explicitamente, a problemática metodológica fundamental dos economistas – particularmente daqueles envolvidos na teoria do desenvolvimento – seria “definir o nível de generalidade – ou de concreção – em que é válida uma relação qualquer de valor explicativo” (Furtado, 2009 [1961], p. 38 apud Coutinho, 2007, p. 414).

Daí que o esforço de Furtado, no livro de 1961, foi de delimitar os aspectos estruturais – ou seja realizar um movimento de abstração – das economias subdesenvolvidas para consequente generalização de uma teoria econômica *específica*, que possuísse validade explicativa para esse mesmo modelo abstrato e, mais do que isso, fosse um guia de ação com vistas a superar a condição subdesenvolvida. Nas palavras de Furtado “o esforço no sentido de alcançar níveis mais altos de abstração deve ser acompanhado de outros, objetivando definir, em função das realidades históricas, os limites de validez das relações inferidas” (Furtado, 2009 [1961], p. 39). O central da teoria do desenvolvimento era desvelar “a duplicidade fundamental da Ciência Econômica – seu caráter abstrato e histórico” (ibidem, p. 39) ou nos termos de Coutinho (2007, p. 415): “a tarefa da análise econômica é aterrizar as abstrações e as relações gerais na massa histórica” e, continua, destacando como o esforço de Furtado sempre foi exatamente esse ao “aplicar às econômicas reais, com sua carga histórica, as generalizações da teoria que sejam com ela compatíveis” (ibidem, p. 415). Em outras palavras, a relação entre abstração (consecução de estruturas) e história é que “sem o uso das abstrações, perde-se a capacidade de

## **X Encontro de Pós-Graduação em História Econômica & 8ª Conferência Internacional de História Econômica**

formular modelos aptos a captar o núcleo explicativo subjacente à variedade dos fatos. Sem a adequação à história, as abstrações revelam-se estéreis” (ibidem, p. 415).

A importância de interrogar a história como um economista e expor isso teoricamente – que já estava presente na tese de doutoramento de Furtado sobre a economia colonial brasileira – estava conectada aos desafios durante os anos nos quais Celso Furtado trabalhou na CEPAL, entre 1949 e 1957, assim como do ano que passou no King’s College na Universidade de Cambridge<sup>4</sup>, quando redigiu *Formação Econômica do Brasil* (1959). Durante estes anos que se clarificaram os limites teóricos e metodológicos da teoria econômica convencional em responder à pergunta de como “os países surgidos da expansão econômica da Europa, cujas estruturas foram criadas para facilitar essa expansão, hajam acumulado tanto atraso?” (Furtado, 2013d [1987], p. 27).

Nesse sentido, a resposta viria apenas se posta no plano da história, o que por si só exigia outra abordagem teórica e metodológica, pois passava a existir a questão de qual a “contribuição podem as Ciências Sociais: em particular a Economia, ao estudo da História?” (ibidem, p. 27). Logo, a “reflexão sobre o subdesenvolvimento começa como uma nova leitura da História, apoiada no uso de conceitos e instrumentos da Ciência Econômica, e se prolonga num esforço de ampliação do quadro conceitual desta” (ibidem, 27). Em outros termos, os conceitos até então existentes nas Ciências Econômicas eram fruto de uma realidade social específica, isto é, dos países cêntricos, daí a necessidade de uma apreciação crítica, ou seja, – conforme feito pro Prebisch (1949) – era importante denunciar o “falso universalismo” da Ciência Econômica e revelar seu caráter histórico (quando foi feita) e espacial (onde foi feita) (ibidem, p. 27). Sintetizando:

o conhecimento econômico é de natureza científica, mas o campo que ele explora é delimitado por motivações ideológicas. A obra de economia que se extravia do terreno delineado pelas preocupações políticas de sua época não é boa nem ruim, é simplesmente irrelevante (Furtado, 2014a [1985], p. 212)

Em síntese, a questão central, num primeiro momento, era, portanto, aguçar a capacidade de compreensão e de ação sobre o mundo, era sempre a este – através da avaliação histórica e da eficácia de ação presente – que as formulações teóricas da abstração estrutural deveriam se reportar, mesmo que isso envolvesse metodologias distintas, porque o central era que havia todo um universo – o subdesenvolvimento – que não vinha sendo explicado. Era necessário, assim, a criatividade de pensamento cujo objetivo era superar o subdesenvolvimento. Nas palavras de Furtado:

---

<sup>4</sup> Aqui destaca-se como foi central sua convivência com “a primeira geração de discípulos de Keynes – R. Kahn, J. Robinson, N. Kaldor e P. Sraffa –, cujo convívio serviu para vacinar-me contra as formas insidiosas de monetarismo que esterilizam o pensamento econômico contemporâneo, esvaziando-o de toda preocupação com o social” (Furtado, 2014 [1991], p. 561).



## **X Encontro de Pós-Graduação em História Econômica & 8ª Conferência Internacional de História Econômica**

Porque no centro de minhas reflexões estavam problemas reais, a pesquisa econômica foi sempre para mim um meio de preparar a ação, minha ou de outros. Compreender melhor o mundo para agir sobre ele com mais eficácia. Isso significa que os fins últimos devem estar sempre presentes no espírito. As afinidades doutrinárias decorriam da concordância na escolha dos temas ou problemas que convinha abordar. As divergências sobre métodos não eram relevantes, pois a eficácia destes se comprova utilizando-os (Furtado, 2013b [1973], p. 24).

Finalmente, exemplificando sua relação entre as perspectivas neoclássica e marxista:

Minhas divergências com os economistas neoclássicos vieram sempre que os problemas que a eles interessavam me pareciam irrelevantes ou simplesmente falsos. Minhas divergências com os economistas marxistas vieram de que estes pretendiam abandonar a priori os instrumentos da economia neoclássica, mesmo quando obviamente não existiam outros para substituí-los (Furtado, 2013b [1973], p. 24).

### **3 Celso Furtado e a Crítica à Metodologia da Ciência Econômica**

Conforme apresentado, Furtado já tinha um conjunto de críticas da metodologia da economia, sobretudo na sua insuficiência em conseguir explicar as especificidades do subdesenvolvimento. Entretanto, houve um esforço de construção de pontes teóricas com vistas a mobilização de esforços em prol do *desenvolvimento* da América Latina e do Brasil. O regresso ao Brasil, com sua inserção e projeção política, atrelado a aceleração dos embates políticos dos anos 1960, levaram crescentemente Furtado a participar dos debates públicos. Ele o fazia com uma posição mais ativa e informativa em desvelar – dentre outras coisas – as mistificações entre a teoria econômica hegemônica, a partir mesmo da sua prática como economista, planejador e servidor público (Furtado, 2014b [1989]).

Um exemplo desse movimento de confrontar os limites da teoria e metodologia econômica está no texto *A formação do economista em país subdesenvolvido* (2013a [1962]), presente no livro *A pré-revolução brasileira* (1962). A mensagem era transmitir uma marca da sua trajetória até então, a saber: a importância dos cientistas em ousarem pensar com independência.

Neste texto de 1962, Furtado apresenta como a formação dos economistas brasileiros – baseada nos estudos da teoria dos preços, da teoria do comportamento do consumidor, da teoria do equilíbrio da firma, do ponto de equilíbrio das balanças de pagamento – pouco teria relação com a assistemática leitura sobre desenvolvimento econômico. Assim, o primeiro conjunto de problemáticas pouca serventia tinha para atuar sobre o mundo real, aquele que circundava os recém-formados (Furtado, 2013a [1962], p. 240).

## X Encontro de Pós-Graduação em História Econômica & 8ª Conferência Internacional de História Econômica

Para enfrentar esse descolamento entre teoria e prática, Furtado mobiliza argumentos *falsificacionistas*<sup>5</sup> (Popper, 1959) acerca do método científico<sup>6</sup>: “o economista deve ter uma ideia clara do que é a economia como ciência” (ibidem, p. 241), mas, primeiramente, deve entender que “toda ciência trabalha com esquemas conceituais, mas elabora e testa esses esquemas com base na observação do mundo objetivo” (ibidem, 241). Portanto para o economista – assim como para todo cientista – o fundamental seria desenvolver a “aptidão para observar de forma sistemática o mundo objetivo” (ibidem, p. 241). Tal desafio seria, contudo, mais complexo para a economia do que na maioria das outras ciências, devido à alta complexidade e constante mutação do seu objeto de estudo. A impossibilidade de captar a realidade em toda sua complexidade seria contornada através do destaque – isto é, da abstração – dos elementos mais permanentes da realidade econômica. Desta forma, “observar o mundo real é, para o economista, de alguma forma, saber esquematiza-lo ou simplifica-lo” (ibidem, p. 241). Tal simplificação/esquematização envolveria um pequeno número de variáveis significativas que determinariam um esquema conceitual. Este processo que definiria o que seria *rigor* nas Ciências Econômicas, embora, contraditoriamente, corresponda a uma “realidade extremamente abstrata, ou grandemente simplificada” (ibidem, p. 242).

Num segundo momento, Furtado apresenta como o principal problema da teoria econômica, e sua relação com o país subdesenvolvido, não seria tanto o método científico empregado pela economia na construção de suas abstrações, mas, sim – a partir de influência da Sociologia do Conhecimento<sup>7</sup> (Mannheim, 1968 [1929]) – como essas

---

<sup>5</sup> Especificamente, a questão da existência de um sistema de hipóteses/conjecturas (teorização) que busca responder problemas e, portanto, 1) orienta as observações; 2) devem ser testadas continuamente na realidade empírica e 3) são passíveis de serem falsificáveis, ou seja, ter uma formulação capaz de ser negada no teste empírico. Este aspecto – ser falsificável – é o critério demarca o que é um saber científico, porque a refutação seria a única dimensão segura no fazer científico (Popper, 1959).

<sup>6</sup> O emprego do método falsificacionista, como delimitador do que é científico e do que é não-científico, por Furtado é apontando, claramente, por Boianovsky (2015, p. 13) e pelo próprio Furtado, em *Criatividade e Dependência* (1978, p. 173). Já Veiga (2013, p. 205-207) aponta indiretamente uma influência popperiana em Furtado no livro *Dialética do desenvolvimento* (1964), que ele considera um acerto de contas do autor com os limites da dialética e numa clara distinção desta com o que seria o método científico.

<sup>7</sup> “O exame do objeto não é um ato isolado; ocorre num contexto permeado por valores e impulsos volitivos do inconsciente coletivo. Nas Ciências Sociais é este o interesse intelectual, orientado por uma matriz de atividade coletiva, que proporciona não apenas questões gerais, mas as hipóteses de pesquisa concretas e os modelos de pensamento para a ordenação da experiência. Somente na medida em que conseguimos trazer à área de observação consciente e explícita os vários pontos de partida e de abordagem dos fatos correntes tanto na discussão científica, como na popular, é que podemos esperar, no correr do tempo, controlar as motivações e pressupostos inconscientes que, em última análise, deram existência a esses modelos de pensamento. **Um novo tipo de objetividade pode ser obtido nas**

## X Encontro de Pós-Graduação em História Econômica & 8ª Conferência Internacional de História Econômica

abstrações chegam 1) *prontas*, ou seja, são *teorias já elaboradas* (propostas e debatidas em um contexto específico) e feitas 2) *num lugar* (o centro) e 3) *numa época* (para compreender algum problema específico do centro). Nas palavras de Furtado:

a grande dificuldade que enfrenta o estudante de economia, em um país subdesenvolvido, é que as teorias que lhe são ensinadas são exatamente aquelas que se baseiam em observações feitas mediante extrema simplificação de um mundo real que, demais, do ponto de vista estrutural é fundamentalmente distinto daquele em que vive. (...) Não devemos esquecer que quem analisa a realidade adota uma técnica de análise, técnica essa que preexiste à escolha do objeto analisado (Furtado, 2013a [1962], p. 241).

O não reconhecimento da dimensão *histórica* e *espacial* da teoria econômica seria uma das razões centrais de obstaculizar o conhecimento científico da realidade subdesenvolvida. Voltando a utilizar argumentos falsificacionistas acerca do método científico, embora cotejado pela importância do contexto histórico na geração das ideias (Mannheim (1998 [1929]), Furtado diz:

A forma verdadeira de ensinar uma ciência consiste em apresentar os seus quadros conceituais como *sistemas de hipóteses, cuja eficácia explicativa deve ser testada com respeito a uma determinada realidade*. Esse teste, entretanto, raramente é feito no ensino de economia (...). Quando muito, procura-se demonstrar a consistência lógica interna do sistema de hipóteses (...); mas *raramente se aborda o problema de sua eficácia explicativa com respeito a uma determinada realidade empírica. Em outras palavras, raramente se passa do campo da doutrina para o da teoria científica* (Furtado, 2013a [1962], p. 241, destaque nosso). Do mesmo modo, Furtado apontou outro problema fundamental, este de caráter mais geral da teoria econômica, que – conforme argumentava Stuart Mill (1979 [1843]) – teria como garantia do *status científico* as técnicas e métodos emprestados de outras ciências (sobretudo naturais, como a matemática e a física) e como estas técnicas e métodos que realmente condicionam a “marcha de esforço de teorização”, tal como o uso do cálculo infinitesimal, mas que acabaram distanciando-a da realidade em prol da sofisticação das técnicas e axiomatização da disciplina (Furtado, 2013a [1962], p. 241). Para Furtado, o enfrentamento deste problema passaria pelo esforço de melhorar a observação empírica mediante, principalmente, o acúmulo de informações estatísticas, assim como o desenvolvimento autônomo de técnicas de análise, incluídas as matemáticas.

Já o primeiro problema – específico dos países subdesenvolvidos – seria resolvido mediante o desenvolvimento de “um corpo de teorias, ou de variantes teóricas, elaboradas diretamente para explicar o comportamento de uma economia subdesenvolvida” (ibidem, p. 242) que incorpore suas especificidades constitutivas, por exemplo, ser semi-industrializada, com insuficiência crônica de capacidade para importar, com excedente estrutura de mão de obra (ibidem, p. 242).

---

*Ciências Sociais, mas não por meio da exclusão de valorações, e sim através da percepção e do controle crítico destas”* (Mannheim, 1968 [1929], p. 33, destaque nosso)

## X Encontro de Pós-Graduação em História Econômica & 8ª Conferência Internacional de História Econômica

Furtado conclui o texto – mesclando novamente a perspectiva falsificacionista acerca do método científico, junto com a importância do contexto histórico de geração de ideias da Sociologia do Conhecimento de Mannheim – destacando a importância de compreender as especificidades da Ciência Econômica que “em razão do caráter histórico dos fenômenos econômicos, devemos ter sempre em conta que a validade de uma teoria é muito mais limitada, em economia, do que em outras disciplinas científicas” (ibidem, p. 242). Ademais, aponta críticas que servem as perspectivas metodológicas da “economia positiva”, defendidas por Milton Friedman (1953), pois discute a relação específica, nas Ciências Econômicas, entre previsão e explicação, sendo esta, para Furtado, a dimensão cientificamente mais relevante para esse campo do conhecimento:

Em ciência, poder explicar significa estar armado para prever. Em economia, explica-se dez para poder prever um, e o que se logra prever é sempre o mais geral, isto é, aquilo que é comum a uma multiplicidade de fenômenos e, portanto, tem um caráter histórico limitado. Em outras palavras: aquilo que é mais específico de uma determinada realidade é o que é mais difícil de ser previsto. À medida que o econômico se esvazia do seu *conteúdo histórico* e *mais se aproxima de um protótipo abstrato*, *mais pode ser previsto*. Seria, entretanto, *ingênuo atribuir excessiva importância a essa previsão que se refere a uma realidade esvaziada de seus ingredientes mais específicos* (Furtado, 2013a [1962], p. 242, destaque nosso).

Com o golpe civil-militar de 1964, Celso Furtado teve que se exilar no Chile (1964) nos EUA (1964-1965) e na França (1965-1985) trabalhando, respectivamente, no ILPES e nas Universidades de Yale e Paris. Se na volta ao Brasil, em 1958, da Inglaterra percebera a importância no participar diretamente da política (Furtado, 2014a [1985], p. 213-214), a partir do golpe civil-militar de 1964, o foco de Furtado recaiu sobre o como sua geração “falhou” na consecução do desenvolvimento (Furtado, 2014c [1991], p. 434) e que seus esforços agora deveriam se voltar para evitar os erros que facilitaram as forças golpistas e que a chave para isso era ter uma percepção mais aguçada da realidade mundial, daí seu objetivo em debruçar-se sobre o trabalho teórico, que revelasse o processo de dominação-dependência (Furtado, 2014c [1991], p. 468).

Em suas memórias sobre o período no Chile, Furtado aponta como a confluência de intelectuais de todo o continente ao país, resultou no aguçamento da compreensão teórica e histórica da realidade latino-americana, via a crítica dos textos clássicos da CEPAL, além da necessidade de ampliação do seu escopo teórico no sentido do *social e do político*. Daí, a conseqüente a necessidade de ampliar o quadro de discussão radicalmente, pois percebeu como o conjunto conceitual e teórico corrente estava enjaulado dentro do pensamento econômico dos países desenvolvidos. Portanto, havia uma espécie de “imperialismo nas ideias” ou uma “dependência cultural” do pensamento. A percepção disso revelava como havia “uma crise da economia como ciência (reflexo daquele

## X Encontro de Pós-Graduação em História Econômica & 8ª Conferência Internacional de História Econômica

imperialismo)” e a importância de se “descolonizar mentalmente” (Furtado, 2014c [1991], p. 446).

A percepção da “fraqueza das ideias” nos países subdesenvolvidos, conseqüentemente, o imperativo de delinear outras formas de pensamento teórico-metodológicas, assim como críticas aos modelos hegemônicos das Ciências Econômicas, se agudizariam no autor longo das décadas seguintes. A experiência de Furtado como docente e pesquisador na Universidade de Yale é exemplar, porque apresenta a dominância da perspectiva metodológica da economia positiva de Friedman. Conforme relata (Furtado, 2014c [1991]) que, se por um lado, havia a concordância que “o estudo do desenvolvimento requeria um enfoque interdisciplinar, e mesmo de novo quadro conceitual dentro da própria economia” (ibidem, p. 509). Por outro, “ninguém se atrevia a afastar-se do paradigma dominante, temendo uma inevitável desqualificação acadêmica<sup>8</sup>” (ibidem, p. 509). Foi em Yale que Furtado se apercebera “do verdadeiro terrorismo que exerce na economia, a escola do pensamento dominante” (ibidem, p. 509) do mesmo modo que “trabalhar fora do paradigma do equilíbrio geral era autodesqualificar-se” (ibidem, p. 509).

Abordagens como a sua, que partiam da ideia de excedente, eram rapidamente rotuladas de marxista, por conseguinte, não eram consideradas “uma forma de conhecimento científico” (Furtado, 2014c [1991], p. 509). Na época imperava o “*dogma implícito*” (ibidem, p. 509, destaque nosso) que a Ciência Econômica “não é normativa, portanto prescinde de juízes de valor. Esse *positivismo* impregnava o estudo e o ensino da economia. É fácil criticá-lo, diziam-me, mas se sairmos dele *perderemos o pouco de consistência científica* que obtivemos até agora” (Furtado, 2014c [1991], p. 509, destaque nosso).

Com o objetivo de enfrentar tais perspectivas e defender a necessidade da teorização autônoma do subdesenvolvimento, Furtado preparou um texto que era base para suas exposições, além de servir como conteúdo introdutório da problemática do subdesenvolvimento. Esse texto, que embora não adentrasse no debate metodológico,

---

<sup>8</sup> Aqui, convém destacar dois pontos, primeiro a questão da relação entre comunidade científica como geradora de uma convenção científica. Aquela (comunidade científica) que avalia o que é fazer boa ou má ciência, que avalia a validade, ou não, das teorias, das observações e, assim, estabelecem as convenções científicas. Tal aspecto já tinha sido tratado por Popper (1959) – que ressalta como elas devem ser sistemas abertos que promovam o debate – mas é aprofundado por Kuhn (1962), que destaca o seu papel de relativa concordância, para que assim, se estabelece um *paradigma*. Esta palavra, também é citada várias vezes no trecho. A segundo ponto é como uma comunidade científica pode ser conservadora e, assim, mantenedora de um *status quo*.

## X Encontro de Pós-Graduação em História Econômica & 8ª Conferência Internacional de História Econômica

necessitava abordar as “questões normativas, pois ninguém estuda o subdesenvolvimento senão para contribuir para sua superação (ibidem, p. 509). A existência de valores – guiados pela superação da condição subdesenvolvida – é o eixo para ação política (caráter normativo) e para a utilização do instrumental da Ciência Econômica em sociedades subdesenvolvidas, sem isso a mesma se tornaria apenas um exercício estéril e legitimador do *status quo* social (ibidem, p. 516).

Em 1965, quando se muda para Paris, encontrou um ambiente mais fértil para seu desenvolvimento teórico. Na França, desloca sua discussão para a questão da *dependência*, propondo esta categoria como chave no seu arcabouço teórico (Furtado, 2014c [1991]). Assim, o conceito de *dependência* proposto por Celso Furtado expandiu profundamente o alcance teórico e a capacidade de compreensão dos limites da teoria econômica convencional e foi acompanhado da consolidação do seu método histórico-estrutural (Pelegri, 2020). Não obstante, em carta destinada a Joseph Love (12/1982), Furtado reafirmava, refletindo a influência falsificacionista, que em *Subdesenvolvimento e Dependência: conexões fundamentais* (1972) teria desenvolvido “uma teoria da dependência que se afasta das simples afirmações doutrinárias, pois pode ser submetida a teste” (Furtado apud D’Aguiar, 2013, p. 7).

Em *Teoria e política do desenvolvimento*, a 4ª edição (Furtado, 1971, 81-87) apresenta o *Anexo Metodológico: Estruturas e Modelos na Análise Econômica*, onde Furtado faz uma avaliação dos limites que o método utilizado na economia – tanto no nível microeconômico, como no macroeconômico – para o estudo dos problemas *específicos* do desenvolvimento. Argumenta que a análise econômica se propõe a:

explicar certos fenômenos a partir de outros que são conhecidos. Esses fenômenos são tratados como *variáveis* toda vez que passíveis de expressão quantitativa sob a forma de grandezas arbitrárias. As relações entre as variáveis têm como fundamento último dados técnicos e o comportamento de agentes econômicos, observado uns e outros em condições que se pretendem perfeitamente definidas (Furtado, 1971, p. 81, destaque do autor).

Nesse sentido, exemplifica, como a partir de um modelo linear o economista poderia “determinar os valores numéricos de um vetor de variáveis (endógenas), a partir dos valores conhecidos de outro vetor de variáveis (exógenas)” (Furtado, 1971, p. 81). A maneira como o vetor das variáveis exógenas determina o de variáveis endógenas, ou seja, “o conjunto de relações precisas entre as variáveis, constitui a *matriz estrutural* do modelo” (ibidem, p. 81, destaque do autor). Do mesmo modo, caso os valores dos parâmetros sejam especificados, “as relações entre as variáveis assumem características precisas, definindo-se uma *estrutura*. Desta forma, a cada modelo corresponde um número indeterminado de estruturas” (ibidem, p. 81). A complexidade da matriz

## X Encontro de Pós-Graduação em História Econômica & 8ª Conferência Internacional de História Econômica

estrutural do modelo aumenta na medida que se desagrega as variáveis endógenas com objetivo de explicar melhor seu comportamento ou quando ocorre a transformações de parâmetros em variáveis, pois, também, se busca explicar melhor o seu comportamento (ibidem, p. 82). O foco da matéria do desenvolvimento, argumenta Furtado, seria estudar diacronicamente – ou seja no tempo – as “modificações das matrizes estruturais desses modelos” que acompanham a intensificação da divisão social do trabalho (ibidem, p. 82). Furtado argumenta como essa concepção de análise, ou seja de método, se aproximaria dos “tipos ideias” weberianos, pois ambos – os economistas e a análise weberiana dos tipos ideias, guia a ser utilizado nas Ciências Sociais (Weber, 2003 [1904]) – tratariam “de representações de elementos simples ou complexos da realidade social, nas quais todos os aspectos dos elementos são definidos com exatidão, isto é, possuem uma significação lógica precisa” (ibidem, p. 82). Essa perspectiva é relevante, pois destaca a diferença entre *o discurso e a prática científica* da Ciência Econômica. Ou seja, aproximando-a, metodologicamente via tipos ideais, das Ciências Sociais.

Posteriormente, em 1972, Furtado publicou um ensaio – *Objetividade e ilusionismo em economia* – que, segundo ele mesmo, tratava especificamente de metodologia científica. O intuito era prosseguir um debate aberto com seu livro *Análise do “modelo” brasileiro* (1972) e o escopo era esclarecer sobre a “mistificação e manipulação de conceitos” econômicos dentro da própria Ciência Econômica e, conseqüentemente, no debate público em geral durante o “milagre econômico” brasileiro (Furtado, 2014c [1991], p. 554).

Neste ensaio, Furtado argumenta que o encanto com a Ciência Econômica é resultado da “aparente exatidão dos métodos que utiliza” (Furtado, 2013c [1974], p. 244). Este método estaria baseado no fato do economista tratar de fenômenos que possuem, ou são constantemente traduzidos, em uma expressão/linguagem quantitativa/matemática e que, “pelo menos em aparência, podem ser isolados de seu contexto” (ibidem, p. 244), ou seja, podem ser *analisados*. O analisar – entendido com identificação de relações estáveis entre os fenômenos – possibilitaria a “*verificação e a previsão*, que são as características fundamentais do conhecimento científico em sua mais prestigiosa linhagem” (ibidem, p. 244, destaques do autor). Essa linhagem, mais prestigiosa, seria – sobretudo na matriz anglo-saxã – a que entende como “sendo *ciência* o uso do *método científico*, e este último é concebido no sentido estrito da aplicação da análise matemática e, mais recentemente, da mecânica estatística” (Furtado, 2013c [1974], p. 244, destaques do autor). As origens do esforço de conversão da realidade econômica em linguagem matemática, aponta

## X Encontro de Pós-Graduação em História Econômica & 8ª Conferência Internacional de História Econômica

Furtado, seguiria a convenção – inaugurada por Stuart Mill – da “unidade metodológica de todas as ciências, portanto, o progresso da economia se faz no sentido de uma aplicação crescente do método científico, e este tem o seu paradigma na ciência física” (ibidem, 244).

No entanto, pondera Furtado, que “o objeto de estudo da economia não é uma natureza que permanece idêntica a si mesma e é totalmente exterior ao homem, como o são os objetos estudados nas ciências naturais” (Furtado, 2013c [1974], p. 244). Conforme Eleutério Prado (2007, p. 400), esse trecho critica a mitificação do instrumental matemático reinante na economia de duas formas: 1) “ao fazer a crítica da pressuposição de identidade desse objeto pressuposta na análise econômica, reaproxima o ser da geração” (ibidem, p. 400), isto é, a relevância de apresentar os elementos históricos, processuais, históricos e contingenciais que constituem determinado estado (estrutura) do mundo; e 2) “ao fazer a crítica à exterioridade do objeto da Economia, reaproxima o espírito da matéria no âmbito das ciências sociais” (ibidem, p. 400), ou seja, essa aproximação aguça a capacidade de “compreender as coisas sociais como coisas sensíveis e supra-sensíveis” (ibidem, p. 401), tirando, assim, o véu da sua pretensa objetividade e desvelando o peso dos fatores sociais – conjunto de valores (meios e fins) e hierarquias – que influenciam/estão implícitos nos métodos e visões de mundo dentro das Ciências Sociais, aqui incluída a Economia. Nas palavras de Furtado:

É que toda decisão econômica é parte de um conjunto de decisões com importantes projeções no tempo. Essas decisões encontram sua coerência último num *projeto* que introduz um sentido unificador na ação do agente. Isolar uma decisão do conjunto dotado de sentido, que é o *projeto* do agente, considerá-la fora do tempo e em seguida adicioná-la a decisões pertencentes a outros projetos, como se se tratasse de elementos homogêneos, é algo fundamentalmente distinto do que em ciência natural se considera como legítima aplicação do método analítico (Furtado, 2013c [1974], p. 244-245, destaque do autor).

Esclarece-se, desta forma, as diferenças metodológicas e epistemológicas entre as Ciências Naturais e a Ciência Econômica, portanto, de como o conhecimento científico – entendido como a “possibilidade de verificar o que se sabe e de utilizar o conhecimento para prever (e, portanto agir com maior eficácia” (Furtado, 2013c [1974], p. 245) – em economia “não pode ser alcançado dentro do quadro metodológico em que vem atuando a chamada “economia positiva” (ibidem, p. 245). Esse trecho, e os próximos, com a preferência do uso do termo *Ciências Sociais*, ao invés de apenas Economia/Ciências Econômicas, revela um explícito esforço de aproximação e restituição da economia às Ciências Sociais, especialmente metodologicamente.

As diferenças epistemológicas – ou seja, o caráter social e histórico da Economia – seriam mais evidentes na análise macroeconômica, pois “as definições dos conceitos e categorias



## X Encontro de Pós-Graduação em História Econômica & 8ª Conferência Internacional de História Econômica

básicas da análise estão diretamente influenciadas pela visão inicial que tem o economista do *projeto implícito* na vida social” (ibidem, p. 254, destaque do autor). Em outras palavras, a vida social é observada a partir de um conjunto prévio de hipóteses globais (que foram formuladas a partir da observação dos agentes que controlam os principais centros de decisão, isto é, que exercem poder (ibidem, p. 245), ou seja, existe uma hierarquia) que auxiliam a dar um *sentido geral* a vida social. Do mesmo modo, as decisões para alterar/manter determinado quadro social emanam (e também condicionam a vida social) e são avaliadas conforme os principais centros de decisão. Nesse sentido, a hegemonia da compreensão de um conceito (mediante sua pretensa objetividade) pode levar a ilusão do seu real significado e impacto nos diferentes grupos e sujeitos sociais. Por fim, Furtado (ibidem, p. 246-247) destaca como *tarefa fundamental do cientista social* a de esclarecer os interesses, as hierarquias, os objetivos (fins) e os meios (método e técnicas) destes centros de decisão para explicitar rigorosamente a significação dos diferentes conceitos (e.g. PIB, Consumo, Poupança, Investimento, Racionalidade) das Ciências Sociais, especialmente na Economia. Argumenta Furtado:

Não se trata (...) de negar todo valor a esses conceitos, nem de abandoná-los se não podemos substituí-los por outros melhores. Trata-se de conhecer-lhes a exata significação. *A objetividade em ciências sociais* vai sendo obtida na medida em que *se explicitam os fins e se identificam os meios* (nos métodos e instrumentos de trabalho). (...) Com esse esforço no sentido de explicação de fins e de identificação do condicionamento dos métodos de trabalhos pelos valores implícitos na escolha dos problemas é responsabilidade direta do cientista social, pode-se afirmar que o avanço das ciências sociais também depende do papel que na sociedade se atribuem e exercem os que estudam os problemas sociais. O progresso dessas ciências não é independente do avanço do homem em sua capacidade de autocritica e autoafirmação (Furtado, 2013c [1974], p. 246-247, destaque nosso).

### 4 Celso Furtado e uma alternativa teórico-metodológica à Ciência Econômica

Uma nova rodada de produção intelectual original de Celso Furtado foi fruto do ano letivo de 1973-74 que ele passara na Universidade de Cambridge (Cunha; Brito, 2017). Furtado dera um curso sobre a questão do subdesenvolvimento, mas o essencial do seu tempo se dedicou a participar de seminários sobre temas que alargassem sua perspectiva teórica e em debates com colegas, cujos objetivos eram “uma reconstrução da economia política, a rearrumar minhas próprias ideias, a espremer a cabeça para decifrar alguns dos enigmas que havia tempo me perseguiram” (Furtado, 2014c [1991], p. 561). O resultado dessa diligência intelectual foram quatro livros: *O mito do desenvolvimento econômico* (1974), *Prefácio a Nova Economia Política* (1976), *Criatividade e dependência na civilização industrial* (1978) e *a Pequena introdução ao desenvolvimento* (1980).

Do ponto de vista da economia, o *Prefácio* foi um esforço de esboçar – através de um prefácio e um índice – um novo quadro conceitual para a Economia Política, sendo central

## X Encontro de Pós-Graduação em História Econômica & 8ª Conferência Internacional de História Econômica

o movimento de criticar os conceitos correntes e explicitar os novos propostos (assim como propusera no artigo *Objetividade e ilusionismo em economia*) e restituísse a Ciência Econômica às Ciências Sociais construindo uma *teoria social global historicamente identificada*. Isso seria feito a partir da unificação de quatro pontos: 1) teoria da reprodução da população; 2) teoria das decisões intertemporais (acumulação); 3) teoria da estratificação social; 4) teoria do poder. O duplo trabalho de crítica – apresentar a limitação dos conceitos correntes e propor novos – objetivava readequar o sistema teórico para recapacitar o homem a agir e transformar o mundo em que vive, especialmente naquele momento que passava por diversas mutações (Furtado, 1976, p. 9-14).

A audácia de propor um novo quadro teórico – mesmo que esboçado – se justifica na capacidade de alargar a ação humana sobre a realidade. Essa perspectiva se aproxima da perspectiva falsificacionista – exposta na epígrafe do *Prefácio*, citando Karl Popper<sup>9</sup> –, pois dá importância ao espírito crítico e ao atrevimento de propor teorias/hipóteses que respondam a problemas e guiem as observações, mesmo que inicialmente não tenham tanto rigor, que viria, exatamente, nos constantes testes e encontros com a realidade.

Furtado (1976, p. 9) parte de um diagnóstico pessimista da Ciência Econômica em responder as questões que lhe eram colocadas na época. Deste crescente deslocamento entre teoria e prática, os economistas, aponta Furtado (*ibidem*, p. 10), ou “não aceitam o diagnóstico de poucos resultados” ou justificam os crescentes obstáculos à insuficiência dos instrumentos utilizados pelos economistas (vindos da matemática e da estatística) ressoando, portanto, perspectivas como a Stuart Mill, acerca da relação entre economia e as demais ciências (1979 [1843]).

A solução do impasse proposta por Celso Furtado (1976, p. 10-13) seria reconhecer a economia como Ciência Social, portanto, com abordagem epistemológica e metodológica específica deste campo do conhecimento. No mesmo sentido, seria importante diferenciar as questões de *curto prazo* e *médio/longo prazo*. As questões de *curto prazo* seriam do campo da “estática econômica e comparativa”, aqui seria possível obter avanços prescindindo de uma ciência social global (ou seja, com conhecimento superficial do comportamento global da sociedade baseado, sobretudo, numa perspectiva funcionalista dos processos sociais), pois existiria certa classe de problemas afins e já envolvidos num campo teórico relativamente unificado.

---

<sup>9</sup> “Inclino-me a pensar que a descoberta científica é impossível se não se tem fé em ideias puramente especulativas e muitas vezes destituídas de toda precisão” do *The Logic of Scientific Discovery* (Popper, 1959).

## X Encontro de Pós-Graduação em História Econômica & 8ª Conferência Internacional de História Econômica

Já os problemas de *médio/longo prazo*, por envolverem o elemento tempo, possuem maior complexidade, sendo insuficientes o quadro conceitual dos economistas e seus os esforços da “dinâmica econômica”. O erro metodológico desta abordagem seria o fato de reintroduzir o tempo (dinamizar) – como se o mesmo existisse em si mesmo, sem conteúdo – mantendo os problemas no mesmo nível de simplificação da “estática economia”. Alternativamente, se deve compreender dinamizar como “tornar os problemas mais espessos, mais complexos, portanto desdobrar os limites do econômico” (Furtado, 1976, p. 11), ou seja, é necessário uma compreensão dos processos globais, logo, de um quadro teórico que abarque o máximo possível o conjunto dos processos sociais (ibidem, p. 11).

Soma-se ainda que Furtado discute os limites da própria escola estruturalista latino-americana que – embora tenha explicitado os parâmetros (e os colocado como variáveis) da matriz estrutural que influenciam as variáveis econômicas, logo, demonstrado as especificidades do subdesenvolvimento – tinha enunciados gerais muito próximos da análise econômica convencional. Desta maneira, “a transformação de parâmetros em variáveis” representava, crescentemente, apenas um enriquecimento do fluxo de informações, mas sem o conseqüente redesenho teórico. Este entrava numa “fase de rendimentos decrescentes” e com eficácia explicativa cada vez mais modesta, emulando uma perspectiva lakatosiana, com a importância de mudança do programa de pesquisa (Boianovsky, 2015, p. 34). Assim, também do ponto de vista da teoria estruturalista, era necessário avançar na construção teórica para expandir o horizonte especulativo e teórico (Furtado, 1976, p. 13-14).

A partir da precisão conceitual de conceitos-chave – *geração/apropriação do excedente, acumulação, progresso técnico, estruturas de poder, custo de reprodução da população, divisão social do trabalho, forças produtivas, produtividade social etc.* – e os situando historicamente, Furtado exemplifica a capacidade do seu instrumental em descrever a diferentes formações sócio-políticas, as mutações advindas com a emergência do capitalismo, a existência de países desenvolvidos e subdesenvolvidos, o mecanismo pelo qual o sistema de preços distribui o produto social, a divisão internacional do trabalho, as orientações do progresso técnico (ibidem, 33-60).

Em síntese, o objetivo do *Prefácio* era ousar propor um novo quadro teórico-conceitual (teoria social global) que fosse, ao mesmo tempo, o mais claro possível na definição dos seus conceitos e na articulação entre eles. E, mais importante, quando “aplicado” (fosse historicamente situado), revelasse aquilo que uma Ciência Social deveria propor-se

## X Encontro de Pós-Graduação em História Econômica & 8ª Conferência Internacional de História Econômica

fundamentalmente a fazer (do ponto de vista epistemológico e metodológico) que é revelar/compreender as hierarquias e interesses sociais (nas suas múltiplas dimensões, das ideias até as escalas espaciais e temporais) subjacentes à determinada realidade ou formação socioeconômica. Em outros termos, seria possível desvelar os valores (fins) – logo, os meios – que guiam/comandam as decisões de uma coletividade e, assim, aumentar a capacidade de agir mais diretamente sobre os mesmos com vistas a alterar determinada realidade social.

### 5 Considerações finais

O presente texto buscou explicitar a relação de Celso Furtado com a Ciência Econômica. Se, num primeiro momento, ele se aproximou desta para utilizá-la como um instrumental para auxiliar suas inquietações sobre histórica, planejamento e organizações, rapidamente percebeu uma série de limites das diferentes matrizes para compreender os problemas do Brasil e da América Latina. Como alternativa – a partir dos seus estudos, escritos e trabalhos sobre o Brasil e na CEPAL – apropriasse criticamente de conceitos e metodologias das diferentes perspectivas econômicas e, aliados aos seus conhecimentos sobre história, sociologia e debates com outros intelectuais, propôs criativamente um método (histórico-estrutural) que iluminava a compreensão de um vasto mundo, o subdesenvolvimento.

Num segundo momento, o esforço de apresentar o subdesenvolvimento, logo, a teoria do desenvolvimento como uma problemática específica dentro da economia, fez com que, crescentemente, Furtado se movesse em duas frentes simultaneamente: 1) explicitasse os limites teórico-metodológicos da economia corrente através da sua historicidade (quando foi feita) e espacialidade (onde foi feita), logo, de quais problemas ela se propõe a responder; e 2) revelasse o seu caráter como Ciência Social (i.e. com uma epistemologia específica) e como isso impactava na sua *objetividade*. Por fim, num terceiro momento, a crescente compreensão de que a *objetividade* nas ciências sociais envolve explicitar os valores (fins) – estes gerados historicamente e espacialmente – das diferentes teorias e conceitos, fez com que Furtado ousasse propor novo quadro conceitual e teórico que auxiliasse nessa tarefa, conseqüentemente, aprofundasse a compreensão da realidade para agir sobre ela.

O objetivo, aqui, foi explicitar também como esse processo foi guiado por uma *visão do que é ciência* por parte de Furtado. Esta visão pode ser dividida em dois níveis. Em um primeiro nível, mais abstrato, envolveu a demarcação entre o que é e não é ciência. Para tanto, Furtado usava elementos do *falsificacionismo*, tais como: a teorização (sistema de

## X Encontro de Pós-Graduação em História Econômica & 8ª Conferência Internacional de História Econômica

hipóteses) que guia as observações, a teorização surge para responder problemas específicos, a perspectiva crítica com os limites das hipóteses gerais, a necessidade de testar suas teorias em uma realidade empírica para avaliar se são falsificáveis, audácia de propor teorias para alargar a visão da realidade.

Entretanto, num segundo nível, não era um falsificacionismo *ingênuo*, pois, principalmente, reconhecia a problemática específica do que é *objetividade* dentro das Ciências Sociais. E, por isso, era cotejado com elementos da Sociologia do Conhecimento e dos seus estudos da história, daí o reconhecimento da importância do lugar e do tempo que uma teoria/conceito foi proposta, pois, assim, pode-se descobrir os problemas que ela buscava responder (ou ocultar) e os valores (fins) que as mesmas projetam sobre a observação da realidade, assim como desmente sua pretensão universal; da questão que é um sistema de hipóteses (conjunto de teorias, conceitos, instrumentos) que são utilizados para analisar/observar a realidade; e, por fim, a problemática fundamental das Ciências Sociais – sua *objetividade* – seria revelar os interesses, hierarquias de valores dos centros de decisão que comandam a vida social de uma formação socioeconômica para, a partir disso, compreendê-la e ser capaz de propor e agir através de *planos e projetos substantivos* que inventem o desenvolvimento, isto é, estruturas sociais que possibilitem o alargamento do horizonte de possibilidade dos homens em uma coletividade.

### Referências Bibliográficas

- BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Formação Econômica do Brasil: uma obra-prima do estruturalismo cepalino** in Araújo, T.P. de. Vianna, S. T. W.. Macambira, J. (org) 50 Anos de *Formação Econômica do Brasil*. Rio de Janeiro, IPEA, 2009.
- BOIANOVSKY, Mauro. Between Lévi-Strauss and Braudel: Furtado and the historical-structural method in Latin American political economy. **Journal of Economic Methodology**, v. 22, n. 4, p. 413-438, 2015.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Método e paixão em Celso Furtado**. 2001.
- COUTINHO, Maurício. Celso Furtado e a crítica da teoria econômica. In: João Sabóia; Fernando J. Cardim de Carvalho. (Org.). **Celso Furtado e o Século XXI**. Barueri: Manole, 2007, v., p. 409-419.
- CUNHA, Alexandre M.; BRITTO, Gustavo. **When development meets culture: the contribution of Celso Furtado in the 1970s**. Cambridge Journal of Economics, v. 42, n. 1, p. 177-198, 2017.
- D'AGUIAR, Rosa Freire. Apresentação in **Essencial**. Apresentação: Rosa Freire d'Aguiar. Prefácio: Carlos Brandão. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2013.
- FONSECA, Pedro Cezar Dutra. A política e seu lugar no estruturalismo: Celso Furtado e o impacto da Grande Depressão no Brasil. *Revista EconomiA*, v. 10, n. 4, p. 867-885, 2009.
- FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura. 1959.

**X Encontro de Pós-Graduação em História Econômica & 8ª Conferência  
Internacional de História Econômica**

- FURTADO, Celso. **A pré-revolução brasileira**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura (Perspectivas do Novo Tempo). 1962.
- FURTADO, Celso. **Teoria e política do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Nova Cultural, 1971.
- FURTADO, Celso. **Análise do “modelo” brasileiro**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira (Coleção Perspectivas do Homem). 1972.
- FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.
- FURTADO, Celso. **Prefácio a nova economia política**. Rio de Janeiro: Paz e Terra (Coleção O Mundo de Hoje. 1976.
- FURTADO, Celso. **Criatividade e dependência na civilização industrial**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1978.
- FURTADO, Celso. **Pequena introdução ao desenvolvimento** – um enfoque interdisciplinar. São Paulo: Companhia Editora Nacional. 1980.
- FURTADO, Celso. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. Apresentação: Rosa Freire d'Aguiar. 5. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2009 [1961].
- FURTADO, Celso. A formação do economista em país subdesenvolvido in **Essencial**. Apresentação: Rosa Freire d'Aguiar. Prefácio: Carlos Brandão. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2013a [1962].
- FURTADO, Celso. Aventuras de um Economista Brasileiro in **Essencial**. Apresentação: Rosa Freire d'Aguiar. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2013b [1973].
- FURTADO, Celso. Objetividade e ilusionismo em economia in **Essencial**. Apresentação: Rosa Freire d'Aguiar. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2013c [1974].
- FURTADO, Celso. Entre inconformismo e reformismo in **Essencial**. Apresentação: Rosa Freire d'Aguiar. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2013d [1987].
- FURTADO, Celso. A fantasia organizada in **Obra autobiográfica**. Coordenação: Rosa Freire d'Aguiar. Ed. Definitiva. São Paulo: Companhia das Letras, 2014a [1985].
- FURTADO, Celso. A fantasia desfeita in **Obra autobiográfica**. Coordenação: Rosa Freire d'Aguiar. Ed. Definitiva. São Paulo: Companhia das Letras, 2014b [1989].
- FURTADO, Celso. Os ares do mundo in **Obra autobiográfica**. Coordenação: Rosa Freire d'Aguiar. Ed. Definitiva. São Paulo: Companhia das Letras, 2014c [1991].
- FRIEDMAN, Milton. The methodology of positive economics in **Essays in positive economics**. Chicago: Chicago U.P., 1953.
- KUHN, Thomas S. **The structure of scientific revolutions**. Chicago and London, 1962.
- MANNHEIM, Karl. **Ideologia e utopia**. Tradução de Sérgio Santeiro. 1968. [1929].
- MILL, John Stuart. Da definição de Economia Política e do método de investigação próprio a ela in **Sistema de Lógica Indutiva e Dedutiva e Outros Textos**. (Os Pensadores) São Paulo: Abril Cultural, 1979.
- PELEGRINI, Isadora. **A Teoria da Dependência de Celso Furtado**. 2020. 117 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – PPGE, UFRGS, Porto Alegre. 2020.
- POPPER, Karl. **The logic of scientific Discovery**. London: Routledge, 1959.
- PREBISCH, Raul. O desenvolvimento econômico da América Latina e seus principais problemas. **Revista brasileira de economia**, v. 3, n. 3, p. 47-111, 1949.
- PRADO, Eleutério F. S. A Garganta Mitológica da Teoria Econômica, p. 395-408 In: João Saboia e Fernando Cardim de Carvalho. (Org.). **Celso Furtado e o Século XXI**. 1ed. Barueri: Manole/IE-UFRJ, 2006.
- VEIGA, José Eli da. Dialética e Desenvolvimento em Furtado. **Revista Movimentos Sociais e Dinâmicas Espaciais**, v. 2, n. 2, p. 203-224, 2013.
- WEBER, Max. A objetividade do conhecimento nas ciências e nas políticas sociais. In **Ensaio Sobre a Teoria das Ciências Sociais**. Centauro, São Paulo. 2003 [1904].